

O Envolvimento do Estado e das Famílias Angolanas no Financiamento do Ensino Superior: o caso da Escola Superior Pedagógica do Bengo

Autor: Bento Muteka

bmuteka@yahoo.com.br

ISCED-Luanda

Resumo

O presente estudo é o resumo da nossa Dissertação com o título: O envolvimento do Estado e das Famílias Angolanas no Financiamento do ensino Superior: o caso da Escola Superior Pedagógica do Bengo. Inspira-se em estudos e investigações efectuados em outros países sobre a partilha de custos entre os fundos públicos e os estudantes e suas famílias (Cerdeira L. 2009, e nos estudos comparativos sobre o financiamento do Ensino Superior de Johnstone B.).

Palavras- chave: Financiamento do ensino superior, fontes de financiamento, propinas, partilha de custos, acessibilidade e equidade

Introdução

O Estudo reputa-se pertinente na medida em que as questões do financiamento da Educação e do Ensino Superior são uma preocupação permanente e actual, havendo cada vez menos recursos para financiar o ensino Superior. Tal limitação financeira advem do facto que dada a crise financeira que atingiu e atinge directa e indirectamente os países e Estados, há cada vez menos recursos cabimentados para o ensino superior. Surgem razões e justificações para se aplicar recursos noutras áreas sociais, levando a questionar a priorização do ensino superior. Isto, por vezes levou a que instituições ou “áreas mais propensas a mercadorizar seus resultados intelectuais vão se beneficiar da maior parte do novo regime de financiamento” (Meek, 2004).

Para tal, o ensino superior acaba por vir a ser visto como um ramo de actividade lucrativa, não podendo as instituições estarem à “espera como mendigos” pelo hipotético financiamento público, levando-as a procurar obter outras fontes alternativas.

Dessa forma, alguns defendem que o ensino superior conta com fontes alternativas ao financiamento público. No âmbito das políticas da diversificação das fontes, o ensino superior conta com os estudantes e suas famílias, mecenas e empresas. Para colmatar tal *deficit* o ensino superior é suportado pelas propinas dos estudantes, bem como as taxas de inscrição, o imposto sobre o diploma. Existem casos em que esses apoios financeiros alternativos ao Estado chegam a exceder o financiamento do Estado, como é o caso do Chile que contou nos últimos anos com 77% dos alunos do Ensino Superior pertencentes ao sector privado (Gorgulho, 2012).

Porém, por mais que haja um financiamento alternativo, a presença do Estado no financiamento do Ensino Superior é imprescindível por várias razões: primeiro porque o Estado não deve deixar a educação universitária nas mãos dos particulares, pois cabe a ele traçar políticas que sustentem o próprio ensino superior; segundo em virtude dos benefícios sociais bem como as externalidades que daí resultam.

Por outro lado, a tendência generalizada no mundo actual da privatização e/ ou mercadorização do ensino superior, interesse geralmente perseguido por Estados e governos nem sempre coincidem com as aspirações das populações, sobretudo as mais carenciadas que enfrentam cada vez mais dificuldades, dado o aperto financeiro que é cada vez mais agudo. Esta «política do governo, ideologicamente comprometido com a privatização quase completa do sector da educação superior pública, não é do interesse da nação» (Meek, 2004)

Voltemos porém à questão do financiamento. A actividade de financiar o Ensino Superior, não se restringe apenas em alocar recursos, mas tem a ver com o sentido de responsabilidade, pois os recursos cabimentados sejam de facto aplicados aos fins propostos. Ademais que o financiamento seja transformativo e incremente os níveis de participação democrática que resulte em mais cidadania. O financiamento transformativo, implica a noção da

mudança, da “metanóia” em grego. Lembremos aqui a metáfora do rio na sabedoria africana que ao passar entre os vales irriga e fertiliza a terra para se produzir melhor.

Hoje a tendência nas universidades é de incrementar a pesquisa-acção, para se responder a alguma necessidade pontual do mercado. Mas a universidade tem também a tarefa de promover a cidadania, de prever o futuro e de inspirar governos a terem uma visão proativa e de prevenir problemas futuros. A universidade deve ser o protótipo do diálogo e da implementação dos valores democráticos. Esta visão é facultada pelas ciências sociais que não visam o lucro imediato mas que tenha a capacidade de acautelar problemas reais e possíveis que a ciência aplicada produz e que não é capaz de acautelar.

Podemos levantar algumas questões:

1ª Porquê financiar? Porque toda actividade acarreta custos, pelos benefícios que proporciona.

2ª Para quê? Para que dê resultados positivos. Os resultados positivos de ontem são muitos problemas que hoje vivenciamos e que constituem sérias ameaças ao ambiente e à vida humana.

Por isso financiar o ensino superior é proporcionar a mais e melhor vida hoje e para as gerações do futuro. Financiar o ensino superior, é ter uma visão sustentável, razão pela qual o ensino superior não é deixado na responsabilidade dos que perseguem o lucro, mas que o Estado assuma as suas responsabilidades para salvaguardar a sua humanização.

O financiamento nesta ótica, para além de ser um financiamento para o lucro, deve ser também um financiamento para a humanização das sociedades; daí advogamos que em lugar das comunidades económicas europeia, africana ou americana, sejam comunidades para a promoção dos valores, comunidades solidárias, pois as economias submetem-se à humanidade e/ou humanização, à solidariedade.

1. A realidade em África

Passemos a considerar o ensino superior em África. Um dos grandes problemas que enferma este continente prende-se com a falta de recursos para financiar o ensino superior dada a demanda a esse nível de ensino. Quer dizer, o financiamento situa-se muito aquém das reais necessidades institucionais.

Kotecha (2012) realça ainda que o aumento da demanda pelo Ensino Superior não tem sido acompanhado por um aumento de financiamento o que levou ao deterioramento do Ensino Superior na Região da SADC, bem como o declínio dos docentes. Prosseguindo Kotecha (2012) afirma que o ensino superior na região continua a ser um ensino de elite em que a demanda ultrapassa a capacidade e o número de matriculas nos cursos de ciência, engenharia e tecnologia é relativamente baixo. Segundo o mesmo autor, se não se alterar esse quadro os países da SADC continuarão até 2050 a registar um atraso cada vez maior em relação a outros países de África e do mundo, com taxas tão baixas de escolarização no ensino Superior.

De acordo com o Banco Mundial (2010), na África subsaariana, as matrículas no ensino superior têm crescido mais rapidamente que os recursos, atingindo uma fase crítica, em que a falta de recursos tem levado a um grande declínio na qualidade do ensino nas instituições e a sua capacidade para reorientar o foco e a inovação.

A África ainda se debate com o problema do ensino básico e secundário e esses problemas influenciam em grande medida o desenvolvimento ou alicerçamento do ensino superior, pois o fracasso do ensino primário e secundário tem forte incidência no ensino superior. Muitos países não vão cumprir com as Metas de Desenvolvimento do Milénio, assumidas em reunião em Dacar, com o objectivo “Do ensino para todos até 2015” (UNESCO,2007).

Porém existem sinais de esperança em África sobretudo na África subsaariana quanto ao investimento e crescimento do ensino superior que se relaciona com a explosão demográfica, pois um investimento só é possível com uma base demográfica satisfatória capaz de consumir os serviços dos Estados. Contrariamente a esse fenómeno, há países em que o crescimento

demográfico está em declínio dados os níveis de envelhecimento acentuados. É o caso de Portugal em que a maioria da população é idosa e apresenta um envelhecimento significativo.

Vamos agora considerar o ensino superior em Angola. O Ensino Superior foi institucionalizado em 1962 Decreto-Lei 44530 de 21 de Agosto, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola, integrados na Universidade Portuguesa (Balanço de Mandato da UAN, 2008). Segundo a mesma fonte, em Dezembro de 1968, o Decreto Lei 48790 de 23 de Dezembro, determina a transformação dos Estudos Universitários de Angola em Universidade de Luanda.

Em 1976 com a independência, ocorria a transformação da Universidade de Luanda em Universidade de Angola. (Portaria 77- A/76 de 28 de Setembro).

No dia 24 de Janeiro de 1985, por força da Resolução 1/85 dos CDS (DR9 1ª Série, 28/1/1985), a Universidade de Angola passa a denomina-se Universidade Agostinho Neto, em memória do 1º Presidente da República e o primeiro Reitor.

Olhando ainda para o balanço da UAN, desde que se alcançou a paz em 2002 até o ano de 2008, período coincidente com os dois últimos mandatos do magnífico Reitor João Sebastião Teta a Universidade Agostinho Neto formou 11.128 graduados, dos quais 1.158 (10,41%) com o grau de Bacharel; em 2008 foram formados 503 Bachareis representando 4,55% do universo dos graduados acima referidos.

Por outro lado, o Ensino Superior Angolano é dual na medida em que para além do financiamento público através do MININF conta com outras fontes alternativas. Dual porque o ensino diurno é gratuito enquanto o pós-laboral é pago.

Desde 1999 considera-se implementado o ensino superior privado. A primeira Universidade privada de Angola é a Universidade Católica de Angola que conta com o fundo do petróleo.

Seguiu-se uma série de outras instituições privadas de ensino superior, havendo a registar em 2011 a existência de 10 universidades privadas e 12 institutos superiores também privados (Carvalho,2012).

Se actualmente em Angola existem 56,4% de instituições privadas contra 43,6% das públicas equivale a dizer que a maioria dos estudantes do ensino superior em Angola se encontra matriculada em instituições privadas.

No que respeita à relação ao público e privado, verifica-se que 60,1% do total das matrículas em 2013 corresponde à população discente do ensino superior privado, ao passo que 39,8% aos estudantes da rede pública(UCAN,2013, p.92).

2. O estudo de caso: a Escola Superior Pedagógica do Bengo

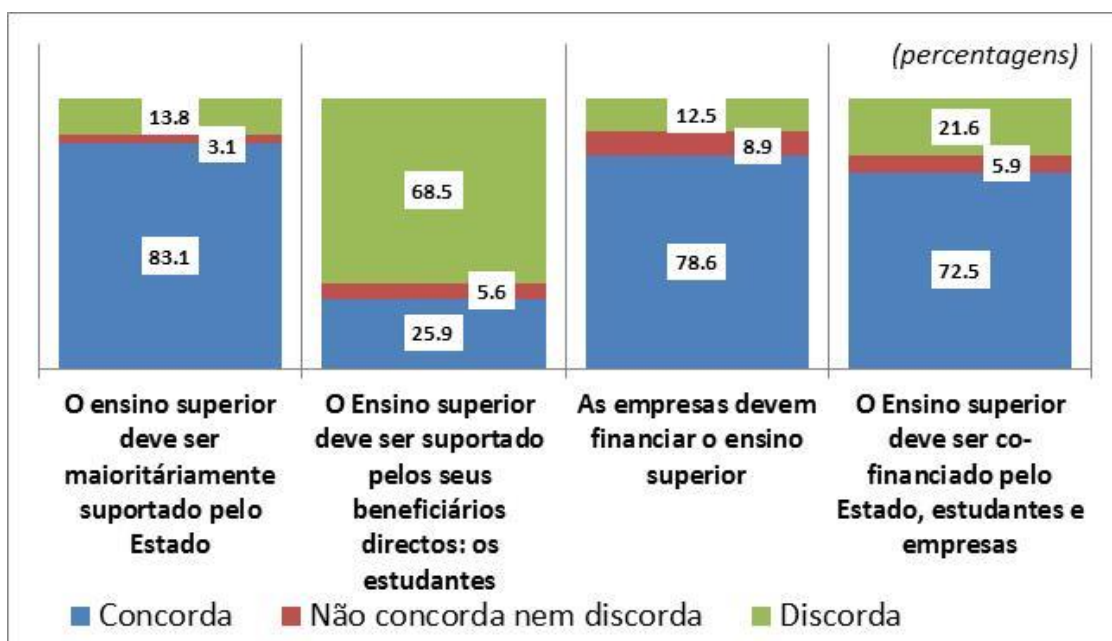
Passemos a considerar o estudo feito na Escola Superior Pedagógica do Bengo.O universo dos alunos era de cerca de 200 sendo inquiridos aleatoriamente 70 deles, dado terem sido esses os que estavam presentes e responderam positivamente ao nosso apelo.

A idade média dos alunos é de 28 a 30 anos. Dos que responderam ao inquérito 65,8 %(48) são do sexo masculino e 21,9% (16) do sexo feminino.

Do inquérito feito nesta escola foi perguntado quem deve financiar o ensino superior, tendo-se registado que a maioria entende que deve ser suportado maioritariamente pelo Estado, cerca de 83% concordam que é o Estado que deve financiar o Ensino Superior e 68,5% dos inquiridos discorda que o ensino superior seja suportado pelos seus beneficiários directos, os estudantes. Apenas 25,9% concorda com o financiamento dos estudos por parte dos estudantes, isto é na amostra.

Gráfico1 - Opinião Sobre o Financiamento do Ensino Superior

Quem deve financiar o Ensino Superior



De acordo com a nossa amostra, o rendimento do agregado familiar é predominantemente baixo correspondendo a 37,5 % (27). Quer dizer que a maior parte dos estudantes inquiridos têm um rendimento baixo, isto é abaixo dos AKZ 40.000.00. Isto leva-nos a concluir, grosso modo, que os estudantes do ensino superior desta instituição não têm qualidade de vida. De facto, dada a necessidade crescente da compra do material escolar, da alimentação condigna, torna-se difícil nas condições actuais conseguir enfrentar esses custos com esse nível de rendimento, ao mesmo tempo que se assiste a uma inflação galopante da economia angolana.

De entre os 73 inquiridos, cerca de 53,4% (39) dos estudantes indicaram que a mãe era “doméstica” e ao mesmo tempo 36% (26) não sabiam ler nem escrever. Por sua vez, a maioria dos estudantes indicou que o pai sabia ler, mas não tinha completado o Ensino Primário (36%;26). Estes dados podem significar que as maiorias são provenientes de uma família humilde. Se relacionarmos esse factor com o rendimento do agregado familiar cerca de 40.000.00 (quarenta mil kwanzas), não faremos tanto esforço para percebermos que estes estudantes, na sua maioria, vivem uma vida de grande austeridade.

Quadro 1 – Nível de Educação e Profissão do Pai e da Mãe

		Pai		Mãe	
		N	%	N	%
Nível de educação mais elevado dos pais	Não sabe ler nem escrever	7	9.6	26	35.6
	Sabe ler e escrever, mas não completou o Ensino Primário (6ª cl ou 4ª classe colonial)	26	35.6	18	24.7
	Ensino primário (6ª cl actual ou 4ª cl)	6	8.2	7	9.6
	Primeiro Ciclo do Ensino Secundário	3	4.1	5	6.8
	Segundo Ciclo do Ensino Secundário	7	9.6	3	4.1
	Ensino Médio Técnico-profissional	6	8.2	3	4.1
	Frequência universitária	5	6.8	1	1.4
	Licenciatura	7	9.6	1	1.4
	Mestrado			1	1.4
	Doutoramento	1	1.4	1	1.4
	NR	5	6.8	7	9.6
Total		73	100.0	73	100.0
Profissão ou Ocupação dos pais	Quadro superior da empresa ou organismo público	3	4.1	2	2.7
	Quadro médio de empresa ou organismo público	9	12.3	2	2.7
	Técnico especializado de empresa ou organismo	4	5.5	3	4.1
	Pequeno proprietário (patrão ou independente)	4	5.5	2	2.7
	Empregado dos serviços/Comércio/Administrativo	3	4.1	1	1.4
	Trabalhador Qualificado/Especializado	10	13.7	2	2.7
	Trabalhador não qualificado/não especializado	9	12.3	3	4.1
	Reformado/pensionista/aposentado/desempregado	10	13.7	7	9.6
	Doméstico/a	14	19.2	39	53.4
NR	7	9.6	12	16.4	
Total		73	100.0	73	100.0

Conclusões

Tendo em conta os resultados e emitindo um juízo sobre a opinião dos alunos advogamos que o estudante do ensino superior, podemos apontar para uma posição de que os estudantes devem poder co-financiar parte dos seus estudos, salvo situações de impossibilidade financeira, por serem de estratos socioeconómicos carenciados.

Bibliografia

ALTBACH, Philip G. (2009), *The Giants awake. The Present and Future of Higher Education, in Higher Education to 2030*. Vol 2. Globalization, OECD

BRAGANÇA, Wilson (2008) <http://desenvolvimentoslp.blogspot.com>, acesso,15/04/2014

CABRITO, Belmiro (2002), *Financiamento do Ensino Superior Português, Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal*: Editora Educa, Lisboa

CARRASCO, Agnelo (2005) , *A longa marcha dos Direitos Humanos (Percurso histórico incompleto)*: Editorial Nzila, Luanda
Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica de Angola, *Relatório Social de Angola 2012*.(2013):Editora:CEIC, Luanda

CERDEIRA, Maria Luisa Machado (2008) , *O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de Custos*.Tese de Doutoramento em Ciências de Educação

CURBUCCI, Paulo Roberto (2004), *Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil, Da deserção do Estado ao Projecto da Reforma* Vol 25, nº 88: Editora Educ. Soc., Campinas

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) *

Especiais, <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/salamanca.txt> , acesso 14/07/2014

JACOB,Vera e CABRITO Belmiro (ORGS.)(2011), *Políticas de Financiamento e Acesso da Educação Superior no Brasil e Portugal, Tendências actuais*: Educa. Lisboa

Johnstone, Bruce. D. (2009), *Worldwide Trends in Financing Higher Education: A Conceptual Formwork*

----- (2009) *Financing Higher Education: Access and Equity*, Sense Publishers

LUCK, Heloísa (2008), *Concepções e processos Democráticos de Gestão Educacional*, Vol II, 3ª Ed.: Editora Vozes, Petrópolis

MEEK, V. LYNN (2004), *Produção de conhecimento na Educação Superior australiana: Do Acadêmico ao Comercial*. Educ. Soc, Vol.25,nº88, Campinas
Ministério das Finanças, OGE- 2013. *Resumos das Despesas Por Função*

MIRANDA, Ricardo. J. P., <http://repositorio.ul.pt>, acesso 20/05/2014

SEN, Martya. (2009), *A Ideia de Justiça*. Ed. Companhia de Letras, São Paulo

Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas

SOUSA, José Francisco de, <http://wabartigos/o> financiamento da educação-
acesso; 13/0/07/2014.

ZAU, Filipe (2009), *Educação em Angola, Novos trilhos para o Desenvolvimento*: Editora Movilivros, Lisboa